



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça				
Título:	Reunião Ordinária N. 39				
Local:	Auditório do SEBRAE de João Pessoa - PB				
Data da reunião:	13/08/2014	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	12:30

## Pauta da Reunião

- 9:00 Abertura da Reunião e Aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária
- 9:10 Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara
  - Calendário de reuniões de 2014 – Próximas reuniões
  - Assuntos tratados na reunião anterior
- 9:20 Indicação Geográfica da Cachaça – **IBRAC (Tema 6 da AE: Gestão da Qualidade)**
- 9:40 Reconhecimento da Cachaça na China / Acordo MERCOSUL x União Européia - **IBRAC (Tema 9 da AE: Negociações Internacionais)**
- 9:55 Andamento de temas tributários – IPI de Cooperativas – **IBRAC/OCB / Retorno da Cachaça ao SIMPLES - IBRAC (Tema 8 da AE: Legislação)**
- 10:10 Mudança da tributação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) de bebidas quentes – ABBA/IBRAC **(Tema 8 da AE: Legislação)**
- 10:40 Carbamato de Etila – **IBRAC (Tema 4 da AE: Defesa Agropecuária)**
- 10:55 Projetos de Lei da Cachaça na Câmara e Senado – **IBRAC (Tema 8 da AE: Legislação)**
- 11:05 Resultados do Projeto – II Copa Cachaça de Pernambuco – **APAR (Tema 5 da AE: Marketing e Promoção)**
- 11:20 Alterações na Lei 8.918/1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas – **IBRAC (Tema 4 da AE: Defesa Agropecuária)**
- 11:40 Comissão de Estudos de Indicações Geográficas da ABNT – **IBRAC (Tema 6 da AE: Gestão da Qualidade)**
- 12:00 Assuntos Gerais
  - \* Benchmarking – Conselho Regulador da Tequila - **IBRAC**
- 12:30 Encerramento

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	MARGARETH CESAR REZENDE PEREIRA LIMA	FEPLANA	PR	
2	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE		PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

3	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE	CGAC/SE/MAPA	PR	
4	RAQUEL DE ALMEIDA SALGADO	ABBA	PR	
5	JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	ABRABE	PR	
6	MUCIO CARLOS LINS FERNANDES	CNA	PR	
7	ELIANE ARAÚJO	GS1 Brasil	PR	
8	VICENTE BASTOS RIBEIRO	IBRAC	PR	
9	CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA	IBRAC	PR	
10	LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA DUPIN	INPI	PR	
11	CAROLINA STEGALL DE TOMMASO HARLEY	SINDIBEBIDAS/SP	PR	
12	FERNANDO DE ABREU PORTO	CCCF	PR	
13	MOACYR FERREIRA DA SILVA	SIC-GO	PR	
14	Raimundo Dias Ferraz de Souza	ABNT	CO	
15	Dirlene Maria Pinto	AMPAQ	CO	
16	Adriano Alves	OCB	CO	
17	Walter Caetano Pinto	SINDBEBIDAS/MG	CO	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:  Sim

### Desenvolvimento

#### 1. Abertura da Reunião e Aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária

Às nove horas e quinze minutos do dia treze de agosto de 2014, no auditório do SEBRAE, na cidade de João Pessoa-PB, com a mesa de trabalho composta pela Sra. Margareth Rezende, Presidente da Câmara Setorial, Sr. Marconi Albuquerque, Secretário, Sr. Vicente Ribeiro, Presidente da Diretoria Executiva do IBRAC, Sr. Carlos Lima, Diretor Executivo do IBRAC e o Sr. Múcio Fernandes, representante da CNA, e anfitrião, nesta oportunidade, foi aberta a trigésima nona reunião ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça. A Srª. Margareth Rezende agradeceu a presença dos membros e convidados e, sobretudo, a hospitalidade e o carinho com que o Sr. Múcio Fernandes recebeu a todos.

O Sr. Múcio Fernandes disse estar muito contente em poder recepcionar esta 39ª reunião da Câmara e que ficou muito honrado em receber a todos no Engenho São Paulo. Aproveitou para destacar os desafios enfrentados pelo setor nos últimos anos, ressaltando o importante apoio que tem recebido do IBRAC.

O Sr. Vicente Ribeiro enalteceu a importância de se fazer, pelo menos uma vez ao ano, uma reunião fora de Brasília para que os membros da Câmara tenham contato direto com produtores locais e compartilhem experiências. Agradeceu e parabenizou o Sr. Múcio Fernandes.

O Secretário da Câmara, Marconi Albuquerque, também fez uso da palavra para, em nome da Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais do MAPA, agradecer e parabenizar o Sr. Múcio pelo empenho na organização desta reunião e da visita técnica.

Encerrado esse momento de abertura da reunião, a Presidente submeteu à plenária a aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária. Não havendo nada a obstar, a Ata foi aprovada e devidamente assinada pelos os membros que compareceram a reunião anterior.

Em seguida, ela passou a palavra ao Secretário da Câmara, Marconi Albuquerque, para os seus informes.

#### 2. Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

### **Assuntos tratados na reunião anterior – lista distribuída**

O Secretário da Câmara informou que foram providenciados todos os encaminhamentos feitos na 38ª Reunião Ordinária.

### **Calendário de reuniões de 2014**

Na sequência, o Secretário submeteu ao referendo da plenária a data programada de 20 de novembro para realização da última reunião de 2014, em Brasília-DF. Todos concordaram, porém foi feita a observação que, se necessário for, poderá ser convocada reunião extraordinária, para discussão das propostas de alteração do IPI para bebidas quentes.

### **3. Indicação Geográfica da Cachaça (Tema 6 da AE: Gestão de Qualidade)**

O Sr. Carlos Lima informou sobre o andamento do processo que trata da Regulamentação da Indicação Geográfica (IG) Cachaça, em tramitação no MAPA. Segundo ele, a Consultoria Jurídica do Ministério (Conjur) fez considerações no processo e que pontos levantados pela Conjur precisam ser avaliados pelas áreas técnicas do MAPA e também pelo setor. Tendo em vista que uma das considerações feitas pela Conjur refere-se à utilização de certificadoras, explicou, ainda, que se faz necessária uma conversa com o Inmetro sobre o tema.

O Sr. Luiz Dupin, do INPI, disse que o MAPA confunde IG com produto e que se for necessário ele está disposto a fazer uma apresentação no Ministério a respeito.

O Sr. Vicente Ribeiro comentou uma das considerações feitas pela Conjur, sobre o fato do RU ser praticamente a IN 13 e explicou que a idéia era que o Regulamento de Uso tivesse as mesmas regras já em vigor segundo a IN 13. Destacou que o documento foi construído com a participação de todos os órgãos e entidades que tem a ver com o assunto. De qualquer maneira, defendeu a rediscussão com os setores do MAPA e, também, com o Inmetro. Finalizou ressaltando que a IG é fundamental na estratégia de fortalecimento do setor.

### **4. Reconhecimento da Cachaça na China/Acordo Mercosul x União Europeia (Tema 9 da AE: Negociações Internacionais)**

O Sr. Carlos Lima nivelou a todos sobre esse assunto, destacando que, inicialmente, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA), considerando o processo de negociação do acordo MERCOSUL x União Europeia, entendeu que o momento não seria adequado para o início de negociações com a China. Posteriormente, a SRI reviu sua posição e, conforme deliberado na última reunião da Câmara, foi encaminhado ofício àquela Secretaria solicitando que o Ministério incluía a proteção da Cachaça na pauta de discussão de todos os acordos internacionais em negociação pelo Brasil, como por exemplo, o acordo MERCOSUL x União Europeia. Além disso, também foi solicitado o empenho da SRI com vistas ao início do processo de reconhecimento da Cachaça na China. O Sr. Carlos Lima explicou que uma possível proposta para o reconhecimento na China, pode ser a adoção da mesma proposta que resultou no reconhecimento da Cachaça pelos Estados Unidos. Ou seja, a negociação da Cachaça por um produto chinês. Para Carlos Lima é melhor que o tema cachaça seja tratado individualmente ao invés de entrar num grande cesto de negociação.

### **5. Andamento de temas tributários: IPI de cooperativas, retorno da cachaça ao SIMPLES, etc., (Tema 8 da AE: Legislação)**

O Sr. Carlos Lima atualizou os presentes sobre o processo de votação da alteração do SIMPLES na Câmara Federal e informou que a Emenda do Deputado Efraim Filho, que poderia resultar no retorno do setor ao SIMPLES, por acordo de lideranças, não foi votada, por se tratar de matéria idêntica já votada. Ressaltou que a inclusão de serviços e o retorno dos refrigerantes foram as principais novidades do Novo SIMPLES que tramitou em regime de urgência no Senado o que impossibilitou a apresentação de emendas. Na sequência o Projeto



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

foi sancionado pela Presidenta Dilma. Entretanto, alertou o Diretor Executivo do IBRAC que há a possibilidade do Executivo encaminhar à Câmara Federal nova proposta de alteração das faixas, no prazo de 90 dias e, assim, o setor terá mais uma oportunidade para tentar o retorno da cachaça ao SIMPLES. Falou também sobre a tramitação da Medida Provisória nº 651/2013, que trata de desoneração fiscal, do Reintegra, entre outros assuntos. Informou que O Senador Vital do Rego (PMDB/PB) apresentou a Emenda nº 333 que, apesar de necessitar correção para adequá-la a propostas anteriores acordadas na Câmara Federal, se aprovada, poderá permitir o retorno da cachaça ao SIMPLES. Segundo o Sr. Carlos Lima, o IBRAC está entrando em contato com o Senador visando à correção da sua Emenda e reforçar para que ele a mantenha. Disse, em complemento, que com a ajuda do Sr. Múcio Fernandes a CNA está gestionando junto a Comissão Mista para que a Emenda seja mantida. A perspectiva é que o parecer do relator seja votado em novembro. Ressaltou a necessidade de se construir um pleito sólido e destacou o trabalho feito pelo setor de refrigerantes. Informou que o IBRAC está conversado com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário sobre a possibilidade da realização de um estudo tributário que possa sustentar o retorno da Cachaça ao SIMPLES. Sobre o IPI das cooperativas, o Sr. Carlos Lima lembrou o que foi feito até o momento, sobretudo a reunião realizada com a Receita Federal, na qual estiveram presentes representantes do IBRAC, Aprodecana, e do MDIC. Explicou que na oportunidade foram colocados aos técnicos da Receita todos os problemas que algumas cooperativas enfrentam para obterem o selo do IPI. Os técnicos da Receita sugeriram que fosse apresentada uma Nota Técnica a COSIT. O IBRAC buscou a OCB para ajudar na construção dessa Nota. Nesse momento, o Sr. Carlos Lima passou a palavra ao consultor da OCB, Sr. Adriano Alves, para que comentasse sobre os riscos que envolvem uma consulta a COSIT. O consultor da OCB disse que é importante reconhecer que o caso que foi levado a OCB foi de uma cooperativa que já se encontrava intimada a cumprir uma decisão da Receita. Em relação ao tema envolvendo as dificuldades gerais enfrentadas pelas Cooperativas para a obtenção do selo de IPI e a consulta a COSIT, informou que caso a resposta da COSIT seja negativa, essa resposta é vinculante e atingirá todas as cooperativas e produtores que estejam atuando em situações distintas. Como saídas sugeriu medida judicial, para aquelas cooperativas já intimadas a cumprir determinações da Receita e, como alternativa a consulta a COSIT, um requerimento de informações à Receita Federal, formulado por um parlamentar da Frencoop. A questão aí, segundo Adriano Alves, é que nunca se sabe como uma ação desse tipo vai terminar.

O Sr. Carlos Lima informou que assunto foi discutido na reunião do Conselho do IBRAC, realizada no dia anterior, e que o Conselho descartou a proposta de apresentação de requerimento por parlamentares. Como alternativa foi discutido o envio de um documento pelo Ministro do MAPA à Receita Federal solicitando informações sobre os procedimentos para que as Cooperativas obtenham o Regime Especial (selo de IPI). Como encaminhamento ficou a aprovado o envio de documento ao Ministro do MAPA solicitando que a consulta à Receita Federal. Ao final, a Presidente agradeceu a participação e contribuição do consultor da OCB.

### **6. Mudança da tributação do IPI de bebidas quentes (Tema 8 da AE: Legislação)**

O Sr. Carlos Lima falou que o IBRAC tomou conhecimento do assunto por intermédio da ABBA e da Câmara Setorial do Vinho. Esta, inclusive, foi chamada pela Receita Federal para conversar sobre o assunto. O Sr. Carlos Lima disse que o tema foi amplamente debatido no conselho do IBRAC e passou a palavra para manifestações dos representantes da ABBA e da



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ABRABE.

O vice-presidente da ABBA e representante do Sindicato de São Paulo, o Sr. Vicente de Tommaso, disse que a Câmara deveria exigir da Receita o mesmo tratamento dado à Câmara do Vinho e a outros setores. Que a Câmara da Cachaça ressalte a peculiaridade do setor para que não se corra o risco de se ter uma alteração na norma que prejudique a cachaça. Portanto, é importante que o setor seja incluído e ouvido pelo Fisco. Acrescentou que, apesar de se ouvir dizer que a Receita está apenas propondo uma nova metodologia, ele teme que possa haver aumento de tributação. Quanto a questão metodológica, segundo entende, o setor pode contribuir muito.

A Sra. Raquel Salgado, da ABBA, complementou dizendo que a Câmara tem de se posicionar de modo contundente dado que a cachaça, dentro do setor de bebidas quentes, é a que mais será impactada com as alterações se considerarmos o volume. O Secretário da Câmara comentou que foi procurado, no mês de junho, por técnico da Receita que lhe pediu para chamar a Câmara de Vinhos para uma reunião cujo objetivo era discutir um novo modelo de tributação do IPI. Disse que na oportunidade perguntou ao técnico se a Receita também chamaria a Câmara da Cachaça para discutir o assunto e obteve como resposta que sim. Acrescentou que quando da segunda reunião acontecida com a Câmara de Vinhos, novamente indagou o técnico da Receita se a Câmara da Cachaça seria chamada e, outra vez, a resposta foi de que sim.

O Sr. Múcio Fernandes se mostrou preocupado com o modelo que está sendo proposto já que pode inviabilizar a produção, sobretudo dos pequenos que tem um produto com valor agregado maior.

O Sr. José Augusto, da ABRABE, disse que participou da segunda reunião com a Câmara do Vinho e que o modelo baseado tão somente no *ad valorem* atende ao setor do Vinho. Disse que não acredita que a Receita tenha a intenção de excluir o setor.

O Sr. Vicente de Tommaso disse que o sistema atual foi proposto pelos empresários e que o *ad valorem* puro existia há 30 anos. Destacou que este último, se aplicado hoje, criará muitas distorções que vão tumultuar o mercado. Por isso, ressalta que o diálogo com o setor é fundamental para a própria Receita.

O Sr. Moacir Silva, da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, uma vez mais falou da experiência de seu estado que há algum tempo já aboliu a substituição tributária.

Como encaminhamentos ficaram: 1) o envio de um ofício ao Ministro do MAPA para que solicite a Receita que se reúna com o setor da cachaça. Nesse documento devem ser ressaltadas as peculiaridades do setor; e) criação de um GT, proposto pelo IBRAC, integrado por representantes do IBRAC, ABBA, ABRABE e do Sindibebidas de Minas Gerais, para trabalhar o tema e apresentar proposta a Receita, nos mesmos moldes como foi feito na Câmara do Vinho.

### **7. Carbamato de Etila (Tema 4 da AE: Defesa Agropecuária)**

O Sr. Carlos Lima lembrou que na última reunião estava-se aguardando a publicação da Consulta Pública pelo MAPA. Ressaltou a elaboração de um estudo pelo professor Ian, da UFPE, que indica o limite de 210 microgramas por litro como um limite seguro. Falou também sobre todos os esforços conjuntos do setor privado, Governo, com destaque para o apoio recebido do MCTi, e Universidades que resultaram no Programa de Monitoramento de Qualidade da Cachaça, que serviram de base para a Consulta do MAPA. Informou na última semana o MAPA publicou Instrução Normativa alterando a IN 13 e estabelecendo o novo limite para carbamato de etila em 210 microgramas por litro. O Sr. Carlos Lima acrescentou, ainda,



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

que agora o desafio é apoiar e orientar os produtores a se adequarem ao novo limite. Comentou sobre a conversa que manteve com o professor Ian que elogiou todo o processo e ressaltou a importância que o MAPA deu a todo o trabalho desenvolvido pelo setor. Disse também que a CGVB/MAPA demonstrou interesse em utilizar o modelo de trabalho adotado na caso da cachaça para outras bebidas. Destacou e agradeceu a Presidente Margareth que foi quem iniciou, anos atrás, todo o trabalho que resultou na parceria do setor com o MCTi.

A Sra. Raquel Salgado alertou que é necessário ficar claro como vai ser mensurado o limite, se na matéria prima ou na bebida acabada. É também necessário questionar o MAPA sobre como será o tratamento da fiscalização para aqueles produtores que se encontram hoje desenquadrados.

A Presidente da Câmara comentou como se dá a fiscalização do MAPA no seu estado. Houve, ainda, questionamentos envolvendo a operação realizada entre o produtor de cachaça que repassa o produto à cooperativa da qual é associado.

O Sr. Carlos Lima fez considerações sobre a aplicabilidade do limite. Disse que, em seu entendimento, se o produto não está dentro dos parâmetros da IN 13, o produto não pode ser comercializado, independente se engarrafado ou a granel.

Após breve debate resultou como encaminhamento da plenária o envio de consulta à CGVB sobre como o Ministério fará a fiscalização com base na nova norma, se o limite será aplicado ao produto comercializado a granel ou engarrafado.

### **8. Projetos de Lei da Cachaça na Câmara e Senado (Tema 8 da AE: Legislação)**

O Sr. Carlos Lima informou que as duas iniciativas da Câmara Federal (PL 1.187/2007, de autoria do Deputado Valdir Colatto e PL 4.547/2008, de autoria do Deputado José Fernando Aparecido,) estão paradas na Comissão de Finanças e Tributação, aguardando o parecer do relator na Comissão, Deputado Jairo Athayde. O mesmo ocorrendo com a iniciativa do Senador Vital do Rego, que aguarda parecer do relator. O Sr. Carlos Lima informou que o IBRAC está monitorando ambas as iniciativas.

### **9. Resultado do Projeto – II Copa Cachaça de Pernambuco (Tema 5 da AE: Marketing e Promoção)**

Esse assunto foi postergado para a próxima reunião, a pedido da Presidente da Câmara.

### **10. Alterações na Lei nº 8.918/1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas (Tema 4 da AE: Defesa Agropecuária)**

O Sr. Carlos Lima iniciou falando da alteração do artigo segundo da Lei de Bebidas, por meio de uma Medida Provisória, sem o conhecimento do setor e também do próprio MAPA, gerando insegurança jurídica para quem produz e comercializa a cachaça.

O Sr. Vicente de Tommaso mostrou-se preocupado com a alteração da Lei, sobretudo quanto ao registro de empresas.

O Sr. Carlos Lima comentou que na reunião do Conselho do IBRAC foi sugerido enviar documento ao MAPA solicitando explicações, além do agendamento de audiência com o senhor Ministro, oportunidade em que representantes do IBRAC, da ABBA e da ABRABE colocariam as suas preocupações em relação a atual situação da Lei de Bebidas. A proposta foi submetida à plenária que a aprovou integralmente.

### **11. Comissão de Estudos de Indicação Geográfica da ABNT (Tema 6 da AE: Gestão da Qualidade)**

O Sr. Carlos Lima informou que foi criado no âmbito da ABNT, com o apoio do SEBRAE



## **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Nacional, a Comissão de Estudos sobre Indicações Geográficas. Explicou que a Comissão tem por objetivo a formulação de quatro normas referentes à Indicação Geográfica: - Terminologia; – Diretrizes para a estruturação de uma indicação geográfica; – Gestão de uma indicação geográfica – Boas práticas; – Rastreabilidade e mecanismo de controle. A Comissão nasceu depois debates que tiveram lugar em duas reuniões (Bento Gonçalves e Belo Horizonte) que contaram com a participação de diversos detentores de IGs. O Sr. Carlos Lima expôs a sua preocupação com o fato de vários órgãos de Governo não terem sido convidados para a Comissão e informou que o IBRAC solicitou à Comissão que esses órgãos fossem convidados. Falou da reunião de instalação da Comissão na qual estiveram presentes o IBRAC, o Inmetro, o INPI, a área de Indicação Geográfica do MAPA, além dos detentores de IGs. Ressaltou que as normas não são compulsórias e que a participação na Comissão é aberta. No entanto, destacou os impactos que normas podem ter para o processo de IG, em especial para as discussões da IG Cachaça. Apesar de serem voluntárias, externou sua preocupação afirmando que algo que é voluntário pode “facilmente” virar compulsório. Por esse motivo, explicou que o IBRAC acompanhará e participará de todas as discussões da Comissão.

### **12. Assuntos Gerais**

#### **Conselho Regulador da Tequila**

O Sr. Carlos Lima fez a apresentação do Conselho Regulador da Tequila (CRT), como resultado de uma visita que fez no mês de junho ao México, como representante do IBRAC, para participação de seminário e demais comemorações dos 20 anos do CRT e 40 anos da Declaração da Denominação de Origem Tequila. A ação faz parte do Projeto Setorial de Promoção às Exportações de Cachaça (Apex Brasil x IBRAC). Ao longo da apresentação feita em Power point, Carlos Lima foi comentando cada item e comparando com o que foi feito no Brasil em relação à cachaça. O Sr. Carlos Lima destacou as mudanças, extremamente positivas, a partir da criação do CRT que possibilitou um maior controle e valorização da Denominação Tequila. Destacou também que a cachaça, na regulamentação da sua IG, passa pelas mesmas dificuldades que a Tequila passou há 20 anos. A Sra. Dirlene, da Germana, os Srs. Vicente de Tommaso e Vicente Ribeiro fizeram comentários em cima da apresentação, ressaltando as dificuldades que se tem no Brasil, sobretudo com relação à falta de pessoal técnico suficiente para fazer as fiscalização e as análises. O Sr. Vicente Ribeiro ressaltou o papel do CRT na melhoria do índice de exportação da tequila.

O Sr. Luiz Dupin aproveitou para esclarecer os diferentes tipos de certificação, marcas coletivas e denominação de origem.

A apresentação em slides está à disposição no site da Câmara.

#### **Confraria do Copo Furado comemora 20 anos**

O Sr. Fernando Porto, da Confraria do Copo Furado, fez uso da palavra para falar rapidamente sobre a trajetória da Confraria, fundada no dia 13 de agosto de 1994, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Falou dos objetivos da Confraria e do que foi realizado nessas duas décadas em prol da divulgação da cachaça. Finalizou com o lema da Confraria: unidos beberemos, sozinhos também.

#### **Associação dos produtores de Cachaça de Parati (APACAP)**

A Presidente comentou que foi procurada por representantes dessa Associação do estado do Rio de Janeiro que deseja participar da Câmara. Aproveitou o momento para convidar a ASPECA, da Paraíba, para que também passe a participar das reuniões, na condição de convidado. A Sra. Margareth Rezende sondou rapidamente a plenária para saber se algum



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

membro se opunha a entrada dessas duas novas entidades na Câmara. Como ninguém se manifestou em contrário, a Secretária fará os contatos e passará as orientações necessárias a ambas as instituições para que cumpra os trâmites regimentais de solicitação de participação na Câmara da Cachaça.

### 13. Encerramento

A Sra. Margareth Rezende, Presidente da Câmara, o Sr. Vicente Ribeiro e este Secretário agradeceram a todos pela presença, em especial ao Sr. Múcio Fernandes pelo carinho com que recepcionou a todos. O Sr. Múcio Fernandes disse que o Engenho São Paulo, independente de reunião da Câmara, está sempre aberto para receber os amigos. Em seguida, agradeceu a Sra. Marize, Sr. Marcelino e ao SEBRAE-PB que gentilmente cedeu o espaço para a reunião.

Não havendo mais assunto a ser tratado, a Presidente da Câmara, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião às treze horas e quinze minutos e, eu, Marconi Lopes de Albuquerque, para constar, lavrei a presente ata.

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------